



## EXAME DE ORDEM 02/2005

### PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL

#### TURNO MANHÃ

#### QUESTÕES PRÁTICAS

### Área de Opção: Direito Penal e Processual Penal

#### Instruções

1. Verifique se este caderno contém **05 questões práticas** e se a área de opção está correta. Caso contrário, solicite um novo caderno ao fiscal da sala. Não serão aceitas reclamações posteriores.
2. Responda às questões com letra legível, utilizando caneta de tinta azul ou preta e procurando não ultrapassar os limites propostos.
3. Observe que **não** é permitido o uso de corretivo líquido ou borracha.
4. Evite formular perguntas após o início da prova. O entendimento da questão faz parte da avaliação.
5. **Não aponha sua assinatura no corpo das folhas de respostas nem coloque qualquer sinal de identificação.**
6. Não se retire da sala antes de transcorrida **1 hora** do início da prova.
7. Devolva, ao término da prova, **o caderno de questões e as folhas de rascunho** ao fiscal da sala.
8. Lembre que o tempo de duração da prova é de **4 horas**.

**Observação:** Preencha o nome em letra de forma, aponha sua assinatura e seu número de inscrição e indique a cidade de realização da prova. Não faça nenhum sinal identificador em qualquer outro campo deste caderno.

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nº de Inscrição:

--	--	--	--	--	--	--

Cidade de Prova: \_\_\_\_\_

---

## QUESTÕES PRÁTICAS

**Questão 01.** **A**, Deputado Estadual gaúcho, presidente de uma Comissão Parlamentar de Inquérito instalada no âmbito da Assembléia Legislativa com o objetivo de apurar denúncias de corrupção envolvendo funcionários públicos estaduais, relacionadas à exclusão ilícita de multas de trânsito, determina medida cautelar de seqüestro de bens, nos seguintes termos: *Tendo em vista a notícia de que os funcionários da Secretaria X do Estado do Rio Grande do Sul estão sob suspeita de envolvimento em corrupção, determino à autoridade policial, nos termos dos arts. 125 e segs. do Código de Processo Penal, o seqüestro de bens móveis e imóveis dos servidores lotados naquele órgão público.* Como advogado contratado por um desses servidores para atacar judicialmente a decisão referida, aponte:

- a) a medida judicial cabível; **(até 2 pontos)**
- b) a competência para o julgamento; **(até 2 pontos)**
- c) os fundamentos jurídicos do pedido. **(até 6 pontos)**

---

**Questão 02.** Em 13.09.2001, foi instaurado inquérito policial objetivando apurar a reponsabilidade penal de **A** em relação à emissão dolosa de cheque sem suficiente provisão de fundos em prejuízo de **B**. Concluído o inquérito, os autos foram remetidos à Justiça Estadual e, após regular distribuição, foram conclusos ao representante do Ministério Público, que, em promoção fundamentada, postulou o arquivamento da investigação, sob o argumento de que o fato, por caracterizar mero ilícito civil, era atípico. O Juiz acolheu a tese do Ministério Público, determinando o arquivamento do inquérito policial em razão da atipicidade da conduta. Em 2003, contudo, veio à tona prova testemunhal indicando que **A** era um conhecido estelionatário que atuava no Rio Grande do Sul, obtendo lucro fácil por meio da emissão de cheques sem suficiente provisão de fundos. O Promotor de Justiça recém-lotado na Comarca, diante dessa nova prova, postulou o desarquivamento do inquérito, oferecendo denúncia contra **A** em relação ao mesmo fato que ensejou o arquivamento. O Juiz acolheu o pedido, dando início à ação penal e designando interrogatório. Diante disso, aponte:

- a) eventual medida judicial cabível contra tal decisão judicial; **(até 2 pontos)**
- b) o órgão competente para julgá-la; **(até 2 pontos)**
- c) os fundamentos jurídicos do pedido. **(até 6 pontos)**

---

**Questão 03.** **A**, atual Prefeito Municipal de **XY**, em conjunção de esforços e mediante prévio ajuste com **B**, empresário do ramo de transportes, estruturou um “esquema” de desvio das verbas da municipalidade. Ao longo de 2004, juntos, se apropriaram de vultosa quantia do erário, em proveito próprio, por meio da prática de fraudes. Investigando as atividades ilícitas, a autoridade policial da Comarca de **XY** requereu ao Juiz de Direito a interceptação dos telefones de **A** e **B**, o que foi deferido pelo prazo de 15 dias, dando-se ciência ao Ministério Público. As interceptações telefônicas tiveram início em 18.05.2005 e foram renovadas em mais quatro oportunidades. As conversas telefônicas foram degravadas e anexadas ao inquérito policial quando de sua conclusão. **A** e **B** foram denunciados na Comarca de **XY**, sendo que o Juiz de Direito recebeu a denúncia. Na condição de advogado criminal constituído por **B**, após ter acesso aos autos do inquérito policial, tomando conhecimento das interceptações telefônicas e examinando o caso, responda, justificando legal e juridicamente:

- a) que medida(s) judicial(is) você tomaria? **(até 2 pontos)**
- b) qual(is) a(s) competência(s) para o julgamento da(s) ação(ões) penal(is) contra **A** e **B**, indicando a Justiça, o órgão e o local? **(até 4 pontos)**
- c) com o eventual término do mandato do Prefeito durante a tramitação do processo-crime, poderá haver alteração na regra de competência e no trâmite processual? **(até 4 pontos)**

**(SEGUE NO FINAL DO CADERNO)**

- 
- Questão 04.** O Ministério Público com atuação na Comarca de **XY** ofereceu denúncia contra **A** e **B** porque ambos teriam cometido o delito de porte ilegal de substância entorpecente (art. 16 da Lei nº 6.368/76) em concurso de pessoas (art. 29 do Código Penal). Segundo a acusação, em 05.02.2005, **A** e **B**, estudantes universitários com 19 e 20 anos ao tempo do crime, ambos primários e sem antecedentes criminais, trafegavam no veículo de propriedade de **A**. Quando abordados pela Polícia, entregaram à autoridade 0,35 g de *cannabis sativa*. A droga, vulgarmente conhecida como maconha, é substância entorpecente que causa dependência psíquica, pois contém tetraidrocannabinol (THC), conforme laudo toxicológico e auto de apreensão. A denúncia foi recebida pela autoridade judicial da Comarca de **XY**, sendo designado o ato processual de interrogatório dos réus para o dia 20.05.2005. Na condição de advogado criminal constituído para a defesa de **A** e **B**, aponte, justificando legal e juridicamente:
- a) a medida judicial cabível contra a decisão do Juiz a fim de ser evitada a instrução criminal; **(até 2 pontos)**
  - b) a competência para o julgamento da medida judicial; **(até 2 pontos)**
  - c) os fundamentos legais e jurídicos (indique todos) que podem ser utilizados como base da medida judicial capaz de evitar a instrução criminal. **(até 6 pontos)**

- 
- Questão 05.** Em 16.03.2005, um jornal de circulação numa pequena cidade do interior do Rio Grande do Sul veiculou notícia de que **A**, enfermeiro de uma clínica geriátrica, havia exibido a antigos colegas de faculdade fotografias contendo imagens depreciativas do idoso **B**, que se encontrava internado naquele local. Ficou provado que **A** agiu dessa forma objetivando vingar-se de **B**, visto que este, na época da faculdade, teria sido o professor responsável por sua reprovação no último semestre anterior à formatura. A notícia causou grande repercussão na localidade. O Delegado de Polícia, após instaurar inquérito policial objetivando apurar a responsabilidade de **A** em relação ao delito descrito no art. 105 da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), representou à autoridade judicial a fim de ser decretada a prisão preventiva do investigado. O Juiz, justificando a medida com base no clamor social e na segurança da ordem pública, decretou a prisão preventiva de **A**, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal. Diante disso, como advogado criminal constituído por **A**, aponte o(s) argumento(s) jurídico(s) que poderia(m) justificar eventual medida orientada ao relaxamento dessa prisão. Justifique legal e juridicamente sua resposta. **(até 10 pontos)**

**Observação:** Conforme o artigo 19 do regulamento do Exame de Ordem 02/2005, na correção da prova prático-profissional serão atribuídos graus individuais, em números inteiros de 0 (zero) a 10 (dez), a cada questão prática e à peça processual. As questões práticas corresponderão ao peso de 60% (sessenta por cento) e a peça processual corresponderá a 40% (quarenta por cento) da prova. A média aritmética dos graus conferidos às questões práticas será multiplicada por 0,6 (zero vírgula seis) e o grau atribuído à peça processual será multiplicado por 0,4 (zero vírgula quatro), de acordo com a ponderação respectiva de cada parte da prova. O grau final da prova será igual ao somatório da média ponderada das questões práticas com a nota ponderada da peça processual.